Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

A CONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO SOBRE DOAÇÕES E HERANÇAS NO CONTEXTO DAS HOLDINGS FAMILIARES:
Perspectivas do Contribuinte e do Fisco

Julliene de Jesus Santos [1]
Graduanda no Curso de Bacharel em Direito pela Faculdade Cathedral.
E-mail: jullienesantos09@gmail.com

Andreia Freitas Vallandro [2]
Mestra e Professora no Curso de Direito da Faculdade Cathedral Profª. Ma. Andreia Freitas Vallandro.
E-mail: a_vallandro@hotmail.com

As holdings familiares tornaram-se instrumento recorrente de planejamento patrimonial e sucessório no Brasil, gerando crescente tensão entre a autonomia privada dos contribuintes e as pretensões arrecadatórias do Estado. Objetivo: Analisar a constitucionalidade da tributação sobre operações societárias em holdings familiares, investigando se a atuação do Estado ao interpretar tais operações como doações ou heranças indiretas respeita os limites da legalidade ou configura tributação abusiva, à luz dos princípios constitucionais tributários. Problemática: O problema central desta pesquisa consiste em verificar se a interpretação do Fisco, que enquadra operações societárias de holdings familiares como fatos geradores de ITCMD, viola os princípios da legalidade e da segurança jurídica, configurando tributação abusiva por ausência de *animus donandi*. Métodos: Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com método dedutivo, baseada em obras doutrinárias, legislação e jurisprudência dos tribunais superiores. Resultados: A análise evidenciou que a integralização de bens ao capital social de uma holding não configura, por si só, fato gerador do ITCMD, desde que não haja *animus donandi*. Contudo, o Fisco tem ampliado interpretativamente o alcance do tributo, o que encontra resistência nos princípios da legalidade, capacidade contributiva e segurança jurídica. Conclusão: A tributação legítima sobre holdings familiares exige estrita observância dos limites constitucionais; interpretações extensivas que criem hipóteses de incidência não previstas em lei representam tributação abusiva, violando direitos fundamentais dos contribuintes.

Palavras-Chave: Holding familiar. ITCMD. Planejamento sucessório. Princípios tributários. Constitucionalidade.